

REPENSANDO O CONSENSO DE WASHINGTON NA AMÉRICA LATINA: IMPLICAÇÕES DA ADESÃO DE UMA “CÓPIA AZUL”

Mayra Coan Lago

Mestranda do Programa de Integração da América Latina (PROLAM/USP).

Resumo

O artigo tem como objetivo observar como diferentes formas de entender a realidade econômica, a partir do mundo das ideias, podem levar a diferentes diretrizes em termos de estratégias de desenvolvimento, a partir das políticas públicas aplicadas. Para isso, farei um estudo de caso do Consenso de Washington e algumas de suas implicações para a América Latina, e mais especificamente, para a Argentina, tentando demonstrar o risco da “cópia azul”.

Palavras-chave: Desenvolvimento; Consenso; América Latina; Cópia Azul.

Introdução

De acordo com Dani Rodrik (2002), o século XIX descobriu o capitalismo e o século XX aprendeu a domesticá-lo e a torná-lo mais produtivo através de “ingredientes institucionais” de uma economia de mercado auto-sustentável: bancos centrais, política fiscal estabilizadora, legislação antitruste e regulamentações, previdência social e democracia política. Foi durante o século XX que os elementos da economia mista lançaram raízes nos países industrialmente avançados.

A ideia de que tanto a iniciativa privada quanto a ação coletiva são necessárias ao sucesso econômico chegou tardiamente nos países em desenvolvimento. Na América Latina, a visão predominante era a de que os incentivos ao mercado não conseguiriam conjurar uma resposta flexível. O setor privado era encarado com ceticismo pelos países em desenvolvimento. A partir dos anos 1980, essas visões sofreram uma grande transformação sob a influência conjunta de uma crise de endividamento e da doutrina das instituições de Bretton Woods. Os formuladores latinoamericanos da política adotaram com entusiasmo o “Consenso de Washington”, que enfatizava a privatização, desregulamentação e a liberalização do comércio. Embora o entusiasmo, o resultado não foi o esperado e, por essa razão, houve um profundo descontentamento com as medidas que foram implementadas, além da percepção de que as reformas davam pouca atenção aos mecanismos de seguridade social e às redes de segurança.

Nesse sentido e ainda de acordo com Dani Rodrik (2002), entramos no século XXI com uma compreensão melhor da complementariedade entre o mercado e o Estado. O autor destaca um aspecto positivo e um negativo: o primeiro é que há um conceito mais elevado de economia mista; e o segundo é que as implicações operacionais no “modelo” da estratégia de desenvolvimento não estão claras. Portanto, o grande desafio para os países em desenvolvimento é conceber formas próprias de economia mista, além de estarem atentos para o risco da “cópia azul”.

O artigo é composto por quatro partes principais: o conceito e o contexto do Consenso de Washington, o que foi pensado e sugerido, em especial, para os países da América Latina; a aplicação do Consenso de Washington na Argentina, isto é, os efeitos da adoção do “receituário”; o “risco” e, por vezes, o “equivoco” da “cópia azul” nesse caso; e o “Pós Consenso”, isto é, os pensamentos sobre desenvolvimento que surgiram como alternativa à “cópia azul” após o enfraquecimento das ideias neoliberais.

Cabe dizer que devido ao tema ser vasto e complexo, o artigo não tem a pretensão de encerrar o assunto, assim como encontrar uma resposta definitiva sobre o tema. O que se busca é uma profunda reflexão a respeito de como as formas de entender a realidade econômica, por meio das ideias, podem levar a diferentes estratégias de desenvolvimento por meio de políticas públicas. Vale dizer também que não se pretendeu tratar todos os aspectos da crise nos países da América Latina ou mesmo na Argentina, pois eles foram utilizados como instrumentos para uma análise ou um pensamento mais abrangente, isto é, o risco e, em alguns casos, o equívoco de se adotar um único modelo de desenvolvimento¹ para países tão diversos e com tantas especificidades, o que Dani Rodrik (2002) nomeou de “cópia azul”.

1. Consenso de Washington: uma escolha?

O final da década de 1980, considerada a “década perdida” para o desenvolvimento na América Latina, afigurou-se como um grande desafio. O momento foi caracterizado pela dificuldade de encontrar uma solução para os principais problemas em questão: a dívida externa que acarretava a fuga de capitais nacionais e estrangeiros; a estagnação econômica como resultado destes desinvestimentos; e um processo inflacionário praticamente incontrolável.

Diante deste quadro, era preciso pensar em novas formas de se pensar o desenvolvimento, assim como estabelecer uma avaliação para as reformas necessárias. As avaliações das novas reformas orientadas pelo ideário neoliberal implementadas no Chile e no México foram realizadas por economistas latinoamericanos reunidos em um seminário, em 1986, no qual fora formulado um documento que apresentava propostas para a crise da dívida na região, baseada na experiência chilena e mexicana: *“taxas de câmbio competitivas a fim de incentivar o crescimento das exportações, a liberalização das importações, a geração de poupança interna adequada para financiar o investimento (principalmente mediante o fortalecimento da política fiscal) e a redução do papel inflado do governo, permitindo que ele se concentrasse em prestar os serviços*

¹ De acordo com John Martinussen (1997), desenvolvimento pode ser definido como o processo de transformação e reprodução social de países e sociedades diretamente interligado a fatores internacionais. É importante notar que esta definição de desenvolvimento envolve: *processo* que se altera no tempo e no mundo das ideias, necessitando de estratégias que variam no tempo, no espaço e no mundo das ideias; *transformação*, envolvendo a economia e a produção, assim como a tecnologia, conhecimento e inovação; e os *fatores internacionais* que estão diretamente relacionados a divisão internacional do trabalho, o que envolve parcerias, trocas comerciais, entre outros.

públicos básicos e em prover uma estrutura para a atividade econômica” (KUCZYNSKI e WILLIAMSON, 2004, p.283-4).

Em um segundo seminário, realizado em 1989, o Institute for International Economics promoveu uma Conferência² com a finalidade de formular um diagnóstico e sugerir medidas de ajuste para a superação da crise. Nessa ocasião, o economista norte-americano John Williamson apresentou um documento com algumas propostas sobre as quais havia amplo consenso em Washington, tanto entre os membros do Congresso e da Administração quanto entre os tecnocratas das instituições financeiras internacionais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, agências econômicas do Governo norte-americano, Federal Reserve Board e *think tanks*, afirmando que o Consenso era: *o mínimo denominador comum de recomendações e políticas que foram endereçadas pelas instituições financeiras baseadas em Washington D.C para os países da América Latina nos idos de 1989* (WILLIAMSON, 1990, p. 251).

O Consenso de Washington³ refere-se a uma agenda de reformas⁴ composta por dez recomendações feitas pelo economista norte-americano John Williamson, que constituía um modelo com o objetivo de auxiliar as frágeis economias dos países em desenvolvimento. Segundo Williamson (1990), as seguintes medidas eram necessárias:

a) disciplina fiscal visando eliminar o déficit público; b) mudança das prioridades em relação às despesas públicas, eliminando subsídios e aumentando gastos com saúde e educação; c) reforma tributária, aumentando os impostos se fosse inevitável, mas “a base tributária deveria ser ampla e as taxas marginais deveriam ser moderadas”; d) as taxas de juros deveriam ser determinadas pelo mercado e positivas; e) a taxa de câmbio deveria ser também determinada pelo mercado, garantindo-se ao mesmo tempo em que fosse competitiva; f) o comércio deveria ser liberalizado e orientado para o exterior ; g) os investimentos diretos não deveriam sofrer restrições; h) as empresas públicas deveriam ser privatizadas; i) as atividades econômicas deveriam ser desreguladas; j) o direito de propriedade deve ser tornado mais seguro (p. 8-17).

De acordo com Joseph Stiglitz (2002), a adoção das recomendações ou da “receita” tinha como “principais ingredientes” a austeridade fiscal, a privatização das

² Para a Conferência foram convidados economistas de oito países latinoamericanos: Argentina, Brasil, Chile, México, Venezuela, Colômbia, Peru e Bolívia (MONIZ BANDEIRA, 2002).

³ O Consenso de Washington não foi aplicado apenas na América Latina. Inicialmente foi aplicado na América Latina e África Subsaariana, entre os anos 1980 e 1990. A queda do Muro de Berlim e o colapso da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas propiciaram que os países, anteriormente socialistas, adotassem as prescrições. Entretanto, o objeto do artigo é a América Latina e por isso, está focado.

⁴ Tratava-se de uma agenda de reformas que estava em andamento, orientadas pelas condições de empréstimo do FMI e do Banco Mundial desde a moratória da dívida externa declarada pelo México em 1982.

empresas estatais e a liberalização “unilateral” do comércio exterior pelos países da América Latina. Estes “ingredientes” constituíam a condição fundamental para que pudessem renegociar a dívida externa ou receberem qualquer recurso das agências financeiras internacionais⁵. Dessa maneira os países passariam a depender sempre do financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) ou do Banco Mundial (BIRD) para a execução de obras públicas, tendo de sujeitar suas respectivas políticas econômicas e decisões de investimentos à fiscalização internacional, por meio de condicionalidades, que ameaçavam atingir até mesmo as políticas de defesa a partir da redução dos gastos militares.

Segundo Sebastião Velasco e Cruz (2007), essas reformas econômicas que ficaram conhecidas mundialmente como a agenda do ajuste estrutural, no entanto, não poderiam ser tratadas como um movimento homogêneo, ordenado e sincrônico, pois há diferenças de tempos e intensidades entre as experiências mundiais. Além destas diferenças, deve-se pensar também, como discutiu Perry Anderson (1996), a abertura da agenda de reformas em termos da variedade dos conteúdos que são mobilizados sob o discurso de ajuste estrutural e o regime político sob o qual a agenda foi implementada. Ademais, como ressaltou Dani Rodrik (2002), as reformas orientadas para o mercado deram pouca atenção as instituições e a complementariedade entre as esferas pública e privada da economia. De acordo com o autor, o papel atribuído ao governo era o de manter a estabilidade macroeconômica e fornecer a educação, isto é, a prioridade era enxugar o Estado e não torna-lo mais eficaz.

É importante salientar que as medidas tentadas não eram novas. Eram medidas liberais, ortodoxas, similares as que foram tentadas nos governos militares da Argentina, Uruguai e Chile. Entretanto é preciso dizer que no final dos anos 1990, a América do Sul afigurava-se mais debilitada do que na década de 1980 e isto implicaria maiores consequências. O Consenso de Washington surtiu efeitos negativos em diversos países da América Latina, entretanto, a Argentina foi um dos casos mais polêmicos. Por essa razão, o país será utilizado como exemplo da aplicação do Consenso de Washington.

⁵ Foi em 1989 que o Tesouro americano lançou um novo plano de reestruturação das dívidas. O Plano Brady (nome em referência ao então secretário do tesouro, Nicholas Brady) que reconhecia a inevitabilidade da renegociação como uma forma de “desafogar financeiramente” os países devedores. Por meio deste plano o Tesouro propunha a reestruturação da dívida externa dos países por meio da troca de seus papéis pela emissão de um novo bônus que abatia o encargo da dívida, reduzindo o principal ou os juros cobrados. Como já foi colocado, a condição para essa reestruturação foi a realização de reformas de flexibilização financeira (MONIZ BANDEIRA, 2010).

2. O Consenso aplicado: o caso argentino

Em alguns países da América Latina, como é o caso do Brasil e da Argentina, a crise da dívida externa coincidiu com a desagregação dos regimes autoritários vigentes. O governo democrático de Raul Alfonsín deveria ser inaugurado sob o signo de uma dupla plataforma: a restauração da democracia, com as mudanças institucionais e culturais necessárias e uma mudança de rumo no campo da política econômica⁶. Devido ao fracasso e ao aumento de problemas no plano econômico, Raul Alfonsín transmite antecipadamente o cargo de presidente ao seu sucessor, Carlos Saúl Menem. O novo presidente tinha uma missão: deveria agir imediata e incisivamente para restaurar a ordem e restabelecer as condições para o funcionamento normal da economia. O que implicava praticamente um “milagre”, um governo com um caráter de “salvador nacional” (CRUZ, 2007, p. 339).

O presidente Menem lançou-se em uma campanha contra o estatismo nacional-desenvolvimentista. Reformas estruturais foram estimuladas pela Lei da Reforma do Estado e pela Lei de Emergência Econômica. Em 1989, o governo anunciou um programa amplo de reforma do comércio exterior e de liberalização financeira, com liberdade total de entrada e saída de capitais do país, além da autorização para a saída irrestrita de fundos a títulos de royalties, juros e dividendos. O governo desregulamentou, a partir de 1990, as operações em bolsas e mercados de valores, além de eliminar as restrições à entrada de bancos estrangeiros⁷ e à abertura de novas agências de bancos nacionais o que possibilitou a conquista do controle inflacionário (CRUZ, 2007).

De acordo com Paulo Nogueira Batista Júnior (2002), a partir de 1991, a Argentina foi transformada em uma espécie de laboratório para as doutrinas e políticas econômicas preconizadas pelo Consenso de Washington. Exemplo disso é no campo monetário e cambial. Entre 1991 e 2001, a Argentina adotou o *currency board*

⁶ É preciso lembrar que na Argentina, as reformas foram empreendidas em dois momentos: o primeiro de 1976 a 1982, durante a ditadura militar, e o outro, no fim da década de 1980, sob o Consenso de Washington (CRUZ, 2007).

⁷ Com relação a investimentos estrangeiros, é preciso dizer que, a partir de 1992, houve a reforma do regime de investimentos estrangeiros e as privatizações que previa igual tratamento dos investidores externos e domésticos (CRUZ, 2007).

(conselho da moeda) comumente concebido no século XIX para as colônias asiáticas, africanas e caribenhas da Inglaterra e outras metrópoles europeias.

Com a introdução do *currency board*⁸ por meio da lei da conversibilidade de 1991, a Argentina permaneceria, por mais de dez anos, atrelada ao dólar norteamericano na paridade de um para um⁹. Graças ao câmbio atrelado ao dólar e ao ingresso de recursos externos, o presidente Carlos Menem (1989-2000) conseguiu controlar a inflação e promover certo crescimento econômico no seu primeiro mandato. De acordo com Moniz Bandeira (2002), ao fim de seu governo, a situação financeira da Argentina se configurava extremamente crítica, destacando:

Com uma dívida externa da ordem de US\$ 144,6 bilhões, que equivalia aproximadamente 50% do seu PIB, estimado em US\$ 271,9 bilhões (1998), ela terminou o ano de 1999 com um déficit na conta corrente da balança de pagamentos da ordem de US\$ 12,5 bilhões e um déficit na balança comercial de ordem de US\$ 2,17 bilhões, enquanto o superávit no comércio intra-regional foi da ordem de US\$ 2,45 bilhões (MONIZ BANDEIRA, 2002, p.136).

A situação deteriorou-se ainda mais com a perda do suporte financeiro norteamericano, de forma que George Bush abandonara a política de socorro aos países emergentes, com a crise asiática que começou a mostrar sinais graves em 1998¹⁰ e com a desvalorização do real no Brasil. Como resultado da desaceleração mundial, houve a queda do preço mundial dos produtos agrícolas. Somado a isso, as exportações argentinas encareceram e conseqüentemente, reduziram-se.

A convulsão econômica agravou-se e a instabilidade política instaurou-se. As sucessivas equipes que assumiram o governo fracassaram até o ápice das turbulências, quando a Argentina, em quinze dias, conheceu quatro presidentes e declarou a moratória da dívida. O governo de Eduardo Duhalde não tinha mais dinheiro para equilibrar o orçamento e por essa razão, pediu empréstimos a juros altíssimos, tendo como contrapartida, a redução dos gastos do governo. O país assistiu seu principal parceiro

⁸ As características principais do *currency board* são: fixação da taxa de câmbio ao dólar ou a alguma moeda que tenha credibilidade internacional; a conversibilidade (elimina as restrições à transformação de moeda nacional em moeda estrangeira e vice-versa); e a definição de um “lastro” para a moeda nacional (WALTERS, 1989).

⁹ Com relação ao modelo do *currency board*, o que deve-se pensar é que este é inflexível pois pretende-se “trocar” flexibilidade por credibilidade por meio de uma moeda “forte”, de reputação inquestionável, como o dólar.

¹⁰ Com relação aos diferentes impactos das crises econômicas no Leste Asiático e na América Latina, Dani Rodrik (2002) elaborou um argumento no qual afirma que a principal diferença entre estes é que a América Latina foi incapaz de lidar com turbulência engendrada pela crise mundial. Nesse sentido e na opinião do autor, os países que tiveram dificuldade foram aqueles que não conseguiram administrar a abertura e, não como se tem comentado, os que estavam “insuficientemente abertos” economicamente.

comercial – Estados Unidos- virar-lhe as costas e cobrar-lhe juros altíssimos através do Fundo Monetário Internacional. Diante desta situação e de uma onda de protestos da população contra o governo, o Fundo Monetário Internacional, os Estados Unidos e os bancos estrangeiros, o governo desvinculou o peso do dólar. Em 2003 o “peronista” Néstor Kirchner assume o controle do país.

Com relação à Argentina, Fernando Henrique Cardoso, quando presidente, declarou que não era possível abandonar o país vizinho, sem dar-lhe condições de sobrevivência. Quando indagado sobre o Consenso e a situação da Argentina, respondeu que, embora ninguém tenha mandado que ela fizesse o *currency board*, isto é, ligar o peso ao dólar, a decisão foi aplaudida (MONIZ BANDEIRA, p.594, 2010). Ainda de acordo com Moniz Bandeira (2010), a Argentina fez tudo o que o Consenso de Washington prescrevera e seu colapso evidenciou o caráter perverso das medidas neoliberais, cujos resultados foram desastrosos em termos de crescimento econômico, redução da pobreza, redistribuição de renda e condições sociais.

Há autores que discordam desta afirmação, como John Williamson e o embaixador Paulo Roberto de Almeida. John Williamson (2003) defende que a colapso na Argentina foi resultado da falta de duas políticas que foram incluídas no consenso: o peso argentino que se tornou sobrevalorizado e a não adoção da política fiscal brutal que era necessária para manter uma taxa de câmbio naquele nível. De acordo com o Paulo Roberto de Almeida (2008), a Argentina é um exemplo cabal de reformas incompletas, mal conduzidas ou de erros de gestão macroeconômicas, a começar pelo câmbio fixo e pela indisciplina fiscal, em total desacordo com as prescrições – se houvesse- do Consenso de Washington.

Com relação ao “impacto” do Consenso de Washington, o “caso de sucesso” mencionado é o chileno – apesar da “receita” ter sido aplicada antes mesmo do *Consenso*. O embaixador Paulo Roberto de Almeida (2008) destaca que o caso do Chile é um modelo de pragmatismo e de cautela da implementação de medidas ortodoxas de política econômica, que asseguraram seu crescimento durante praticamente toda a década de 1990 e a estabilidade do poder de compra de sua moeda. Embora mencionado como “caso de sucesso”, Moniz Bandeira (2002) destaca:

“A situação do Chile na década de 1990 não era muito diferente da que se configurava nos demais países da região. Com uma população de 15,3 milhões de habitantes e um PIB da ordem de US\$153,1 bilhões (estimado em 2000 pela paridade do poder de compra) ou US\$ 77,0 bilhões (1999, segundo o método usado na ALADI), sua dívida externa duplicara nos anos

90, saltando de US\$ 18,5 bilhões (1990) para US\$ 39 bilhões (2000), 9% de sua força de trabalho estava desempregada (dezembro de 2000), quase um milhão de pessoas viviam abaixo do nível de pobreza e cerca de 700.000 famílias estavam endividadas, como quase toda a classe média (MONIZ BANDEIRA, 2002).

John Williamson e Pedro-Pablo Kuczynski (2004) evidenciam o caso chileno como prova de que o Consenso de Washington não foi, *per se*, único responsável pela década perdida na América Latina. Segundo esses autores, as reformas não foram levadas adiante o suficiente, além de a “vulnerabilidade da região a crises ter sido um dos principais motivos para o seu desempenho decepcionante” (KUCZYNSKI; WILLIAMSON, 2004, p. 270). Conforme Joseph Stiglitz previu, o FMI e os formuladores do *Consenso de Washington* intentaram por todos os meios desviar sua culpa pela crise da Argentina, com acusações de corrupção e alegação de que o país não adotara as medidas necessárias:

Por suposto, a Argentina necessitava levar a cabo outras reformas, mas o fato foi que seguir o conselho do FMI só piorou as coisas” e acrescenta: “A crise da Argentina deveria recordar-nos a premente necessidade de reformar o sistema financeiro global e por onde devemos começar é por uma profunda reforma no FMI (STIGLITZ apud MONIZ BANDEIRA, p.594, p.2010).

Segundo Kuczynski e Williamson (2004) é equivocado culpar o *Consenso de Washington* pelo fracasso econômico latino-americano nos anos 1980-1990. A crise que, ao fim dos anos 1990, assolou todos os países da América do Sul, não começou com a execução do programa neoliberal do Consenso de Washington. De fato, a crise pré-existia, embora as condições econômicas, sociais e políticas que nos anos 1960 e 1970 haviam gerado os movimentos de insurgência, agravaram-se, ao fim de uma década de políticas econômicas neoliberais, executadas por governos democraticamente eleitos. Nesse sentido há certa dificuldade para mensurar como o Consenso de Washington pautou a estagnação de boa parte da região.

3. Além do Consenso

Sabe-se que a América Latina não teve o crescimento esperado na década de 1990, assim como as várias crises que abalaram a região como na Argentina, no México e no Brasil. De acordo com Dani Rodrik (2002), faltaram instituições adequadas para administrar os conflitos e as políticas macroeconômicas, não sendo possível responsabilizar a abertura comercial por isso: *Os países que tiveram dificuldades foram*

aqueles que não conseguiram administrar a abertura, e não os que estavam suficientemente abertos (RODRIK, 2002, p.52).

Segundo os autores, é equivocado culpar o Consenso de Washington pelo fracasso econômico latino-americano nos anos 1980-1990. Para eles,

“Se aquela hipótese estivesse correta, seria de esperar que os países que haviam resistido decididamente ao ‘neoliberalismo’, ou seja Cuba e Venezuela, estivessem desfrutando do maior avanço nos padrões de vida, ao passo que aqueles que primeiro e mais decididamente haviam a ele aderido, como o Chile, estivessem ficando para trás. As estatísticas não confirmam essa hipótese” (KUCZYNSKI; WILLIAMSON, 2004, p. 269).

Dessa forma, Williamson e Kuczynski, embora reconheçam que o Consenso não alertava os países em desenvolvimento contra possíveis crises econômicas, defendem sua relevância, e ainda apontam novas direções para os anos 2000, o que, segundo eles, seriam as “reformas de segunda geração”. Nesse sentido, com o Consenso revisto, a liberalização, a privatização e a integração global não são menos importantes, embora precisem ser suplementadas e apoiadas por reformas na área da governança. Entre as novas reformas apresentadas por Williamson e Kuczynski, a reforma das instituições lhes parece fundamental para gerar um desenvolvimento econômico sustentável. Entre elas estão a reforma do Judiciário, do setor financeiro, e do sistema educacional (KUCZYNSKI; WILLIAMSON, 2004, p. 10-12). Consoante os autores,

“A agenda de ‘reformas da segunda fase’ é dedicada a montar as instituições – um serviço público e um Judiciário modernos, eficientes, não corruptos sendo, talvez, a mais central delas – que permitirão que essas funções básicas sejam cumpridas com eficiência.

O dever de cuidar dos membros da sociedade menos capazes de cuidar de si mesmos é um dever que o legado histórico do colonialismo ibérico levou os Estados latino-americanos a cumprir de modo particularmente deficiente. O resultado é que a região apresenta as mais desiguais distribuições de renda do mundo” (Id., Ibid., p. 271-272).

Ou seja, é somente através de um crescimento econômico que leve em conta maiores distribuições de renda entre a população que se será possível resolver os

problemas sociais crônicos nesses países e direcionar a um crescimento sustentável. As reformas institucionais entraram na agenda dos organismos internacionais da economia, mas tais reformas ainda são pensadas no formato de “receitas”.

Segundo Stiglitz (2002), o maior desafio não está apenas nas instituições propriamente ditas, mas nas mentalidades. A mentalidade de uma instituição está intimamente ligada a quem “ela” presta contas diretamente¹¹. O autor ressaltou que para alcançar os benefícios potenciais da globalização, é necessário cuidar de outros elementos, como por exemplo, o meio ambiente e o comércio justo.

4. O Pós Consenso

Segundo Eli Diniz (2007), na América Latina e particularmente no Brasil, as eleições presidenciais de 2006 realizaram-se em condições mais favoráveis quando se compara com as de 2002¹². As condições externas apresentaram-se extremamente favoráveis para a retomada de um debate mais profundo em torno das estratégias e alternativas do desenvolvimento, assim como acerca do papel do Estado na condução de um processo de crescimento sustentado, acompanhado da almejada e postergada redução da concentração da renda no país.

O Consenso de Washington deixou de ser uma agenda consensual e passou a ser objeto de crítica acirrada. Segundo Bresser-Pereira (2005), os equívocos econômicos dos anos 1990 provocaram o questionamento da ortodoxia convencional. As críticas ao Consenso não ficaram confinadas aos países da periferia do mundo capitalista, mas se deram também entre os países centrais, sendo conduzidas por teóricos de grande projeção internacional, muitos ligados a agências multilaterais, como o Banco Mundial.

¹¹ O autor faz um estudo interessante sobre a necessidade da reforma das instituições internacionais e resalta alguns aspectos que considera importante para que isso aconteça.

¹² Para comprovar a afirmação, autora utiliza-se de aspectos econômicos, políticos e o que denominou de “intelectuais”. Nos aspectos econômicos, retoma os dados favoráveis da economia de 2002 a 2006, resalta o desempenho econômico traduzido pelo comércio internacional, pela expansão continuada das exportações, pela elevação crescente dos preços das mercadorias e pelo equilíbrio relativo dos movimentos de capitais. A partir de 2006, o cenário fica mais desfavorável em razão dos primeiros sinais da crise econômica de 2008, embora a autora destaque que o Brasil, até o momento (2006), não foi tão abalado. Com relação aos aspectos políticos, destaca a ascensão, na América Latina, de governos de esquerda ou centro-esquerda em países como Brasil, Argentina, Venezuela, Bolívia, Uruguai e Chile, o que favorecia o debate ou mesmo a redefinição das prioridades da agenda pública, para além da rigidez fiscal e estabilização; no campo intelectual, a autora destaca uma reflexão inovadora, uma vez que, na esfera internacional, rompeu-se o Consenso de Washington, o que, segundo ela, garantiu a supremacia da agenda pró-mercado e do Estado mínimo.

É esse o “pano de fundo” que Eli Diniz (2007) se utiliza para designar a terceira geração de interpretações sobre o fenômeno da globalização, destacando que:

não há um caminho único e, por mais estreitas que sejam as margens de manobra, há sempre um espaço para a busca de alternativas; não se trata, por outro lado, de rejeitar as diretrizes da ortodoxia convencional em nome da supremacia de uma Terceira Via, tal como foi proposto pelo Primeiro Ministro da Grã-Bretanha Tony Blair, em fins dos anos 1990 (DINIZ, 2007, p. 2).

Essa terceira geração de análises da globalização reconhece o teor multidimensional do processo e rejeita a visão determinista e economicista do passado recente, não sendo um fenômeno monolítico, mas, sim, um processo submetido à interferência de uma pluralidade de fatores. Em contraposição aos enfoques dominantes, da década de 1980 e 1990, que trataram políticas de teor contraditório como aspectos consensuais de uma agenda inquestionável.

Exemplo de teóricos de grande projeção internacional que criticaram a “receita” do Consenso é Joseph Stiglitz, vencedor do prêmio Nobel de Economia em 2001 e ex-dirigente do Banco Mundial, que em seu livro *A Globalização e seus malefícios*, compara os casos de sucesso e fracasso da condução de políticas de estabilização e reformas orientadas para o mercado durante as duas últimas décadas. Joseph Stiglitz (2002) conclui que a busca de soluções próprias e a preservação de margens razoáveis de autonomia estão na raiz dos casos bem sucedidos (por exemplo, a China) em contraste com a aplicação das “receitas consagradas” pelas agências multilaterais, frequentemente associadas a experiências desastrosas (por exemplo, a Rússia)¹³.

Ha-Joon Chang (2004) também reflete a respeito do tipo de desenvolvimento que os países deveriam seguir. No livro *Chutando a escada*, o autor focaliza a falência do neoliberalismo, especialmente nos países menos desenvolvidos, em decorrência da sua incapacidade, seja no plano teórico ou na esfera de políticas públicas, em construir uma visão complexa e equilibrada da interrelação entre o mercado, o Estado e outras instituições relevantes, assim como a falta de estratégias autônomas de ação. Nesse sentido, Dani Rodrik (2002b) em uma palestra proferida pelo Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) sobre os “Novos Rumos de Desenvolvimento no Mundo”, realizada em 12 e 13 de setembro de 2002, afirmou:

¹³ Joseph Stiglitz ressaltou: *A Polônia e a China empregaram estratégias alternativas àquelas defendidas pelo Consenso de Washington (...). a China experimentou a maior taxa de crescimento de qualquer economia do mundo nos últimos 20 anos (2002, p.225).*

Os poucos exemplos de sucesso ocorreram em países que dançaram conforme sua própria música e dificilmente serviram de cartazes de propaganda para o neoliberalismo. É o caso da China, Vietnã e da Índia – três nações importantes que violaram praticamente todas as regras do manual neoliberal, mesmo tomando um rumo mais orientado para o mercado (2002, p.278).

Segundo Diniz (2007), apesar da intensidade da mudança no antigo padrão de desenvolvimento, alguns desafios tornam-se mais agudos. Em primeiro lugar, a autora destacou a integração na economia mundial, afirmando que esta não poderia ser avaliada necessariamente sob a ótica de um jogo de soma positiva, no qual todos tendem a ganhar. Em segundo lugar, a autora ressaltou as dificuldades para se atingir a governabilidade, levando em consideração os desafios internos e externos do Estado. Diante desse quadro, a autora sugere que a capacidade de formular uma estratégia nacional de desenvolvimento se torne imperativa, além de ser compatível com as mais recentes análises sobre a globalização e as diversas formas de inserção internacional, assinalando esta dificuldade, pois: *Se a globalização implicou o avanço da integração do sistema internacional, por outro lado, não excluiu as assimetrias econômicas e políticas entre os países concorrentes* (Diniz, 2005, p.2).

Por fim, cabe mencionar Amartya Sen, em seu livro *Desenvolvimento como Liberdade*, quando rompe com uma visão unidimensional da economia, ao enfatizar outros aspectos como a dimensão ética e política dos problemas econômicos do nosso tempo, colocando em xeque a visão de que a economia deve ser analisada apenas sob o ângulo da eficiência. As visões mais restritas do desenvolvimento devem levar em consideração a concepção de que liberdades substantivas, como a liberdade de participação política ou a oportunidade de receber educação básica estão entre os elementos constitutivos do desenvolvimento¹⁴.

Os desafios éticos e a equidade passam a fazer parte do debate sobre desenvolvimento. Este tipo de concepção refletiu-se na adoção do Índice de Desenvolvimento Humano pela Organização das Nações Unidas, para medir o grau de avanço alcançado pelos diferentes países do mundo e levando em conta a expectativa de vida ao nascer, educação, entre outros elementos. Eli Diniz (2007) destacou a importância deste contraponto à realidade do mundo capitalista contemporâneo.

¹⁴ Segundo o autor, desenvolvimento deve ser interpretado como um processo de expansão das liberdades reais de que desfrutam os cidadãos de um país e, como tal requer, antes de tudo, que se extingam as principais fontes de privação da liberdade.

Considerações Finais

No contexto atual, após mais de duas décadas da elaboração da agenda de reformas publicadas pelo Instituto de Economia Internacional, deve-se perguntar quais serão os novos caminhos a serem traçados que permitam o crescimento econômico sustentável dos países em desenvolvimento. Por essa razão é imprescindível refletir sobre o significado efetivo do Consenso de Washington, mais ainda do que criticá-lo. A crítica deve ser amparada por sugestões que auxiliem para um caminho de desenvolvimento e crescimento econômico dos países.

De acordo com Ha-Joon Chang (2004), os países em desenvolvimento estão sofrendo uma enorme pressão por parte das nações desenvolvidas e das políticas internacionais de desenvolvimento para adotar uma série de boas políticas e boas instituições destinadas a promover o desenvolvimento econômico. “Boas” são as políticas prescritas pelas instituições internacionais, como foi o caso do Consenso de Washington. Levando em consideração as instituições financeiras e a crise iniciada em 2008 que afetou radicalmente as economias européias e os Estados Unidos, como se pode pensar em uma “receita” ou uma “cópia azul” para os países em desenvolvimento? Isto é, estabelecer instituições financeiras do mesmo tipo se as dos países desenvolvidos estão em profunda crise?

A “cópia azul”, isto é, uma “receita pronta” de desenvolvimento que seja aplicável a todos os países que pretendem se desenvolver deve ser refletida. O último caso em que se tinha tentado estabelecer esta “receita” para uma gama de países diversos não deu certo. Entretanto, desde 2008, estamos assistindo a um cenário no qual as instituições internacionais insistem em propor medidas econômicas “básicas” para os países em crise da zona do euro.

Como Paulo Nogueira Batista (1994) destacou, não há mais um modelo de desenvolvimento ou de superação de crise que se possa adotar como referência exclusiva, assim como um modelo de economia de mercado. O autor ressaltou que precisamos de um Consenso “*made in Brazil*” a partir de estratégias e de alianças, levando em consideração- não diretamente, citando-os- alguns dos elementos destacados por Dani Rodrik como a importância dos processos, das transformações e dos fatores internacionais.

Segundo Ha-Joon Chang (2004), cada país deve buscar a sua forma de desenvolvimento a partir do que se considera ou do que se adapta as condições políticas

e economicas de cada um, com instituições adaptadas para determinado país. E o que se pode pensar é: o Brasil tem essa noção?

Bibliografia

ALMEIDA, Paulo Roberto de. Falácias acadêmicas: o mito do Consenso de Washington. IN: *Revista Espaço Acadêmico*, nº 88, setembro de 2008. Disponível em: www.espacoacademico.com.br/088/88pra.htm. Acesso em 6-03-2013.

ANDERSON, Perry. *Zona de compromisso*. São Paulo: Unesp, 1996.

BATISTA, Paulo Nogueira. *O consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos*. São Paulo: s.n. 1994.

BATISTA JR., Paulo Nogueira. Argentina: uma crise paradigmática. *Estudos avançados*. 2002, vol.16, n.44, pp. 83-96.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos (2005). Proposta de Desenvolvimento para o Brasil. In: Sicsú, J., Paula, L. F. de, Michel, R. (orgs). *Novo-Desenvolvimentismo: Um projeto nacional de crescimento com equidade*. São Paulo: Editora Manole/Konrad Adenauer.

CHANG, Ha-Joon. *Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*. São Paulo. Ed. Unesp, 2004.

CRUZ, Sebastião Carlos Velasco e. *Trajetórias: capitalismo neoliberal e reformas econômicas nos países da periferia*. São Paulo: Editora UNESP: Programa San Tiago Dantas de Pós Graduação em Relações Internacionais, Unicamp e PUC-SP, 2007.

DINIZ, Eli. O Pós Consenso de Washington: a globalização e o desenvolvimento revisitados. Disponível em: www.ie.ufrj.br/aparte. Acesso em 5-04-2013.

_____. Planejando o Desenvolvimento: a centralidade da dimensão político democrática. In: Castro, A. C., Licha, A., Pinto Jr. H. Q. & Sabóia, J. (orgs). *Brasil em Desenvolvimento. Instituições, política e sociedade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

KUCZYNSKI, P.; WILLIAMSON, J (org). *Depois do Consenso de Washington. Retomando o crescimento e a reforma na América Latina*. São Paulo: Saraiva, 2004.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. As políticas neoliberais e a crise na América do Sul. In: *Revista brasileira de política internacional*. vol.45 no.2 Brasília Jul./Dec. 2002. Disponível em: < www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/egg/v13n2/v13n2a01.pdf>. Acesso em 5-03-2013.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *Brasil, Argentina e Estados Unidos: conflito e integração na América do Sul (da Tríplice Aliança ao Mercosul)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

RODRIG, Dani. "Estratégias de desenvolvimento para o novo século". In: ARBIX, Glauco. *Brasil, México, África do Sul, Índia e China: diálogo entre os que chegaram depois*. São Paulo: Unesp e Edusp, 2002.

_____. Depois do Neoliberalismo, O Quê? IN: *Desenvolvimento e Globalização*, seminário do BNDES, 12-13 de setembro de 2002. Novos Rumos do Desenvolvimento no Mundo. Rio de Janeiro: BNDES: 2002b, p. 277-298.

_____. *Goodbye Washington consensus, hello Washington confusion?* Harvard University, January 2006.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

STIGLITZ, Joseph E. *A globalização e seus malefícios*. São Paulo: Futura, 2002. Tradução de Bazán Tecnologia e Linguística.

WALTERS, Alan. Currency boards. In: John Eatwell, Murray Milgate & Peter Newman (orgs.), *The new palgrave money*. London, The MacMillan Press, 1989.